



AMAZÔNIA BRASILEIRA: A Pobreza do Homem como resultado da Riqueza da Terra



Dossier nº14
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
março de 2019

O título do dossiê faz referência a um capítulo do livro *As veias abertas da América Latina* de Eduardo Galeano, que detalha a exploração da América Latina desde a colonização até meados da década de 1970. Trata-se da história da ocupação, exploração e derramamento de sangue dos nossos povos pelas grandes potências capitalistas. Quanto mais ricos em recursos da floresta, de rios, do solo e subsolo, maiores os interesses capitalistas em jogo. Nesse sentido, a Amazônia, maior floresta tropical, maior província mineral e principal reserva biogenética do planeta, é um dos territórios mais desejados pelo Capital.

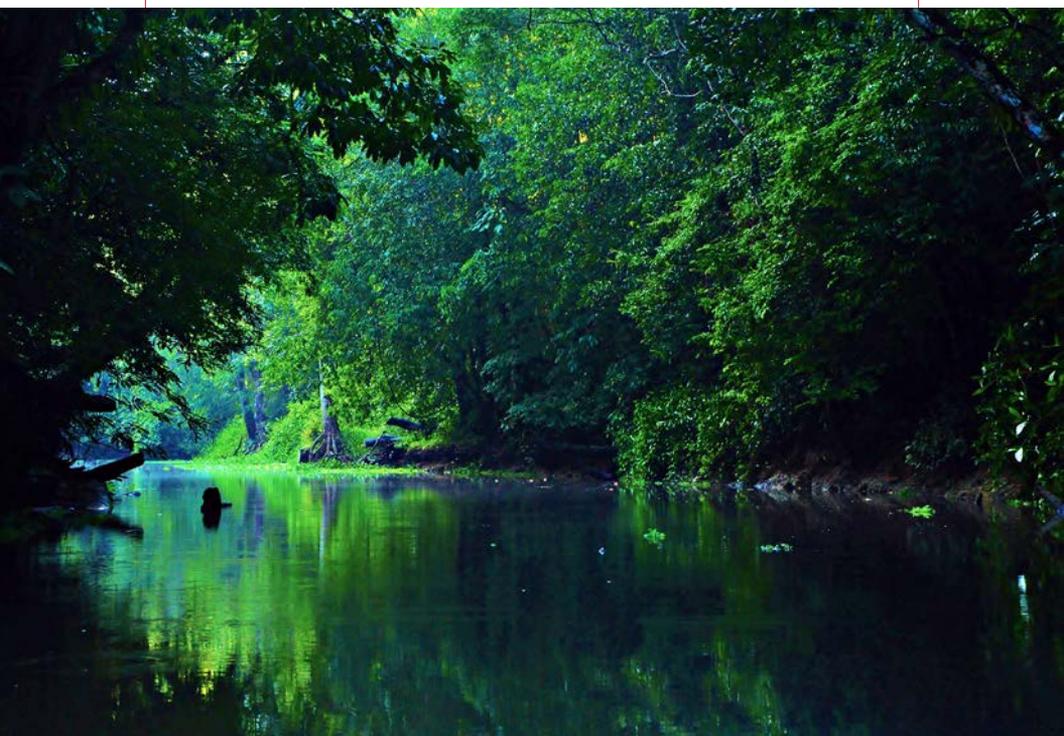
A região Amazônica sempre foi fruto de cobiça e disputa pelas grandes potências capitalistas desde sua invasão, com inúmeras propostas e intenções de sua internacionalização. Mesmo esta não sendo efetivada, os seguidos projetos de ocupação e intervenção do Estado brasileiro na região foram de subordinação aos interesses externos, com medidas que facilitassem a exploração do território pelas grandes potências e empresas transnacionais, com isenções fiscais, empréstimos públicos, investimentos em infraestrutura e doações de terras.

O avanço do capital sobre novos territórios na Amazônia ou sobre as novas fronteiras tem sido constante. A dinâmica do desmatamento, o assoreamento dos rios, a expropriação de

terras, as chacinas e o genocídio de indígenas são resultado desse avanço. O saque é contínuo, por brasileiros e estrangeiros, nessa região que é complexa em seus ecossistemas e formas de vida.

Este dossiê foi construído pelo escritório brasileiro do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**, a partir das valorosas contribuições de professores e pesquisadores ligados à luta dos movimentos populares. Um especial agradecimento à professora Edna Castro, da Universidade Federal do Pará, com seu conhecimento profundo da temática do *neoextrativismo*; a Luiz Zarref, membro da coordenação nacional do MST e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, por sua análise da atuação do agronegócio no Brasil e na região Amazônica; ao professor Gilberto Marques, também professor titular da Universidade Federal do Pará, que lançou recentemente o livro *Amazônia: riqueza, degradação e saque*, com uma rica análise histórica da região e os desdobramentos recentes.





Da série "Rio Caraparu", Município Santa Izabel do Pará, 2013.
Evna Moura

A imensidão da região amazônica

A Amazônia representa cerca de 61% do território brasileiro e constitui a maior cobertura de floresta tropical do planeta. A região concentra 98% das terras indígenas e 77% das unidades de conservação que, somadas aos territórios quilombolas, representam 32% da superfície do país.

Sua extensão e biodiversidade abriga 170 povos indígenas, 357 comunidades remanescentes de quilombos e milhares de comunidades de seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, assentados da reforma agrária, entre outros. É um lugar de muitos povos, culturas e línguas que vivem ali por mais de 11.000 anos.

A região, responsável por cerca de 1/5 da água doce do mundo, armazena em suas ricas florestas e solos quantidades substanciais de carbono que, do contrário, se concentrariam na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global. É, também, território de milhares de espécies com interesse para a ciência e para a humanidade.

A Amazônia tem papel fundamental na integração sul-americana. Dentre os cinco países de maior biodiversidade do mundo estão o Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela. Além disso, partilham desse bioma a Bolívia, o Equador, a Guiana e o Suriname. O enfrentamento ao desmatamento, às atividades

madeiras e queimadas ilegais, à expansão desordenada da pecuária e da soja, bem como à implantação de grandes projetos minerais, energéticos e viários que implicam em graves consequências para a territorialidade, cultura e sobrevivência dos povos amazônidas é uma luta necessariamente latinoamericana e uma luta mundial dos povos.



Da série “Ilha do Combú”, Município de Belém (uma das 42 Ilhas que compõem o município), 2014.

Evna Moura

Contexto internacional

A crise deflagrada nos Estados Unidos em 2007 é uma crise de padrão de acumulação de capital que teve efeito de contágio mundial. Na sua profundidade, mas não na forma, podemos compará-la com a crise do fim do século XIX (1870) e a crise de 1929, que fizeram o capitalismo se reinventar.

A crise atual é de dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais em um cenário internacional de reordenamento de forças geopolíticas, que tem como pano de fundo uma disputa de hegemonia entre potências globais centralizadas nos EUA e China (BRICS).

A crise atual incide sobre o padrão de enfrentamento da luta de classes, fortalecendo o capital financeiro e impondo uma correlação de forças desfavorável para classe trabalhadora que passa a perder seus direitos historicamente conquistados. Diante do recrudescimento dos mecanismos de dominação, as opressões de gênero e raça tendem a se intensificar, bem como a exploração e a ofensiva sobre a biodiversidade.

O capitalismo responde à crise com uma ofensiva restauradora do neoliberalismo que busca atender às novas exigências de um padrão de acumulação predatório, no sentido da acumulação por despossessão. A América Latina – em especial Amazônia latino-americana – é central nas estratégias de rota de fuga da

crise, na perspectiva da burguesia. O objetivo é reeditar para a América Latina o papel de fornecedores de matérias primas, transformando suas economias cada vez mais dependentes do agronegócio e da mineração.

Nesse sentido é estratégico i) o controle da produção de energia, essencial para que se intensifique a produtividade do trabalho; ii) a ofensiva sobre os bens naturais como petróleo, minério, água, terra, biodiversidade e ar, que proporciona um lucro extraordinário, ou ao menos um retorno quase imediato do investimento capitalista; iii) a apropriação da Mais Valia Social arrecadada pelo Estado; iv) a ofensiva sobre os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora; v) a ofensiva sobre políticas sociais com impacto na distribuição de renda, o que traz como consequência a escalada da violência, do racismo, da intolerância, do narcotráfico e da economia ilegal; vi) a concentração de renda e de terras; vii) a dominação de corações e mentes ao impor uma derrota ideológica da esquerda; viii) e a reforma do Estado para adequá-los às novas exigências da acumulação do capitalismo.

Contexto nacional

O atual contexto brasileiro traz muitas incertezas à vida social, ao mundo do trabalho e aos direitos sócio-territoriais. Todo o processo político pré-eleitoral que produziu o impeachment de Dilma Rousseff contou com a articulação entre grupos econômicos conservadores e o judiciário, o legislativo, e a mídia que têm como um de seus objetivos ocupar estruturas do poder que permitam controlar os recursos naturais da Amazônia. Dentre esses grupos conservadores que articularam o golpe estão as elites nacionais e internacionais ligadas ao agronegócio.

O agronegócio passou a ser o grande sustentador do governo Temer no Congresso Nacional, ao mesmo tempo que recebeu o aval para sonegar dívidas trilhonárias, além de diversos benefícios das mais distintas áreas do governo. A ilegitimidade de Temer, porém, impediu que boa parte das mudanças pretendidas pelo agronegócio fossem implementadas.

Nas eleições, o candidato vencedor deixou claro suas intenções em relação à Amazônia, cujas terras são consideradas moedas de troca no jogo das promessas políticas. Existe um interesse especial pelas terras indígenas, territórios quilombolas e Unidades de Conservação na Amazônia. O agronegócio e os latifundiários embarcaram desde o início na candidatura de Bolsonaro, sustentando um discurso ideológico de combate

aos movimentos de luta pela terra, quilombolas e indígenas. Também defendem abertamente a destruição da legislação ambiental – incluindo a liberação irrestrita de agrotóxicos mais agressivos e o fim do licenciamento ambiental – dando prioridade aos seus projetos de infraestrutura e financiamento.

Está cada vez mais claro, portanto, que se opera no Brasil um ataque que articula interesses internacionais (do imperialismo, do emergente bloco neofascista e do capital financeiro) e diversas frações da burguesia nacional. Os objetivos são cada vez mais claros: i) impor à classe trabalhadora brasileira duras derrotas, utilizando-se de formas de exploração da força de trabalho cada vez mais brutais; ii) saquear os bens comuns do povo, como os minérios, o petróleo, a biodiversidade, a água e a terra, que devem servir à dinâmica rentista da burguesia nacional e ao caráter de acumulação por espoliação do grande capital transnacional; iii) se apropriar da grande massa de mais valia social acumulada em fundos (como FGTS e BNDES), empresas estatais e sistemas públicos (SUS e educação), privatizando ou subordinando-os ao capital financeiro; iv) realinhar o Brasil e, assim, toda a América do Sul, aos domínios absolutos dos EUA.

Houve muitas movimentações sobre a questão ambiental entre citações pontuais e genéricas, especulações, declarações, desmentidos, polêmicas, retratações, anúncios e recuos, como tem sido a conduta de Bolsonaro desde a campanha. Assim, para operacionalizar o desmonte da política, sem o desgaste que representaria a abolição do Ministério do Meio Ambiente

(MMA), foi feita uma desestruturação dessa pasta. Muitas de suas funções foram eliminadas e outras retiradas e realocadas em outros ministérios – pulverizando temas e desarticulando políticas – o que na prática pode levar a não efetividade de diversas ações do Estado.

Não à toa, um ruralista foi colocado como seu ministro. Ricardo Salles responde a uma ação civil por modificar ilegalmente o plano de manejo de uma área de proteção ambiental (APA) para supostamente favorecer interesses empresariais.

Assim, constatamos que as decisões tomadas pelo governo evidenciam um movimento que contraria o projeto de sociedade plural, do ponto de vista das identidades culturais, das diferenças de gênero e cor, e das particularidades territoriais.



Xavante (Mato Grosso). Registro feito no XVIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, 2018.
Evna Moura

A Amazônia e os projetos de exploração predatória do capital

A exploração da Amazônia se inicia através do extrativismo clássico, baseado na coleta de produtos da floresta que eram depois exportados, como foi o caso da borracha das seringueiras, na segunda metade do século XIX, devido à demanda da revolução industrial na Europa. Esse foi o primeiro grande empreendimento econômico da região que alterou o caráter da incipiente exploração feita até então.

O controle da produção e extração da matéria-prima por potências imperialistas fez o centro dinâmico da economia amazônica se encontrar no exterior. O Estado brasileiro teve papel decisivo na estruturação dessa plataforma de exploração centrada na exportação de matérias primas. Durante décadas, o Estado promoveu o deslocamento de contingentes imensos de trabalhadores da região Nordeste para suprir as necessidades de força de trabalho na exploração do látex. Esses trabalhadores foram subordinados a relações de servidão, não tinham qualquer direito e ficavam dependentes de produtos fornecidos pelo comércio local pertencente ao patrão. Após entrada no mercado mundial do látex oriundo da Ásia, cuja produção era controlada pelos EUA, a atividade seringueira na Amazônia entrou em crise, o que levou a uma maior deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

O grande salto de exploração da Amazônia começa durante a

ditadura civil-militar (1964-1985) com programas de ocupação em todo seu território. Por trás do discurso de defesa da soberania nacional, o real objetivo era garantir a exploração pelo capital privado e estrangeiro. Nos programas de desenvolvimento nacional coube a Amazônia ser a “fronteira de recursos naturais”, com função de exportadora de minerais.

O *neoextrativismo* – que é o conceito para designar atividades que removem grandes volumes de recursos naturais sem os processar, utilizando-se de tecnologias de exploração intensivas e rápidas, e que se destinam sobretudo à exportação –, é a nova forma de exploração da região, sem que, no entanto, seu papel no capitalismo mundial seja alterado.

Na exploração das riquezas da Amazônia, encontram-se grandes e ávidos conglomerados econômicos que geram um rastro de destruição da natureza e afeta profundamente a população local. Este dossiê apresenta essa dinâmica nos três grandes setores: 1) mineração, 2) agronegócio e 3) exploração da biodiversidade e características físicas da região, como vemos na construção de barragens e no uso das águas, além do roubo do conhecimento nativo das plantas amazônicas.



Da série “Ilha do Combú”, Município de Belém (uma das 42 Ilhas que compõem o município), 2014.
Evna Moura

A mineração

Uma das principais e mais antigas experiências de exploração de minério na Amazônia data de 1945, com as descobertas do manganês no estado do Amapá, tendo como empresa mineradora a Icomi, que representava os interesses da multinacional estadunidense Bethlehem Steel, que possuía controle sob a extração mineral brasileira.

Mas foi a partir 1967 que o projeto de tornar a Amazônia uma região exportadora de minérios em escala industrial se consolidou, via atuação do Estado, com a venda de terras para o desenvolvimento do Projeto Jari, pela subsidiária do conglomerado do estadunidense Daniel Ludwig, a Universe Tankship Inc., instalando uma mineradora de bauxita e caulim.

Coube ao Estado, além de uma série de incentivos fiscais, construir toda infraestrutura necessária – como rodovias e hidrelétricas. Dezenas delas foram construídas nos rios da Amazônia e tantas outras estão ainda nos planos. Toda a geração de energia foi (e é) destinada apenas às grandes multinacionais do minério, sem que a população tenha acesso à energia que necessitam.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), estatal criada em 1942, seria a encarregada de organizar a entrada do capital privado e estrangeiro para a exploração dos minérios, sendo

responsável por desde os estudos em conjunto sobre a região – como os que eram feitos pela Amza (Amazônia Mineração S/A) formada pela CVRD (50,9% das ações) e pela United States Steel (49,1% das ações) – até a extração e produção em parceria com diversas outras multinacionais, como a empresa Mineração Rio do Norte, subsidiária da Alcan (Canadá) na extração da bauxita.

Na exploração do ferro, o projeto era mais ambicioso. A CVRD teria controle do Programa Grande Carajás, tendo a empresa adquirido as ações da US Steel com recursos do Banco Mundial e Tesouro Nacional.

Deu-se, assim, um longo período de avanço da exploração dos minérios, no qual não se levou em consideração os povos que ali viviam, nem os trabalhadores que para lá eram levados. Seringueiros, indígenas, remanescentes de quilombos, sem-terras, caboclos, posseiros, pequenos produtores, ambientalistas, assalariados entraram em constante conflito com o projeto do Estado.

Em 1997, a CVRD é privatizada, sendo comprada pelo valor de US\$ 3,3 bilhões. Nesse mesmo ano, a empresa possuía 12,9 milhões de toneladas de reservas de ferro, passadas a custo zero, já que não foram computadas na venda. Em 2003, deu-se mais um passo na desnacionalização da empresa: 67% dos negócios com as ações da Vale (antiga CVRD) foram realizados na Bolsa de Nova York, contra 33% realizados no Brasil.



Da série "Ilha do Combú", Município de Belém (uma das 42 Ilhas que compõem o município), 2014.
Evna Moura

A privatização se configura como um novo marco da exploração da mineração na Amazônia, sendo a grande mineração agora dominada por diversas multinacionais, sem o controle direto do Estado brasileiro que agora apenas deveria garantir a infraestrutura. As maiores empresas de mineração no Brasil, hoje, de acordo com a receita líquida do ano de 2017 são: Vale (BR), HydroNorte (BR/HO), CBMM (BR), Magnesita (EUA), Anglo American (ING), Albras (BR/JP), Alcoa (EUA), Mineração Maracá (CAN), Kinross (HO/BR), Hydro Paragominas (NOR/AUS) e MRN (BR).

Muitas *commodities* minerais são extraídas da Amazônia, sendo o ferro o primeiro item na pauta de exportações, com 44,4% do seu total, seguido pelo cobre com 11,1%. O grande consumidor de minério amazônico é a China, seguido pelo Japão. Grande parte desse ferro é extraído das minas de Carajás, no Pará. Por conta concentração da pauta de exportações nos *commodities*, a dependência do consumo internacional é muito alta, e as movimentações de preços e desaquecimento da economia chinesa são sentidas economia da região.

Essa concentração das exportações em produtos minerais sem beneficiamento reforça o papel da Amazônia como simples exportadora de recursos naturais. Em 2017, 78,3% de toda exportação da região Norte foram em produtos sem beneficiamento, *in natura*, 7,7% de produtos semimanufaturados (como a alumina e o alumínio primário) e apenas 14% de produtos manufaturados. A Vale sozinha respondeu por 62% de toda exportação da região Norte e 70,2% só do estado do Pará.

O Brasil permanece com as mesmas bases primário-exportadoras vendendo minério bruto ou quase bruto, sem inovação tecnológica capaz de gerar outro patamar de agregação de valor. Esse é o modelo reafirmado pela Vale. Ela e a SAMARCO, associadas em alguns empreendimentos, são as empresas responsáveis pelos maiores crimes socioambientais provocados no Brasil.

O rompimento de barragens de rejeitos, como a de Mariana, em 2015, e a de Brumadinho, em 2019, ambas no estado de Minas Gerais e de propriedade da Vale, acabou revelando à sociedade a grande quantidade de construções desse tipo existentes no estado, muitas delas com risco de sofrer rompimentos. Na Amazônia existem dezenas dessas barragens, além de outras pertencentes a hidrelétricas em funcionamento, em construção ou planejadas. A cada montanha de minério exportada, nasce outra de rejeitos.

Trata-se do avanço da lógica do capital, da posse privada da terra e de seus recursos, ignorando criminosamente as formas correntes de ocupação comum e coletiva dessas riquezas. O poder das empresas e sua estratégia de coerção têm causado com frequência a desregulamentação dos marcos legais por uma classe política descomprometida com o sentido público dos bens comuns.

Desde o golpe de 2016, a ofensiva de empresas mineradoras sobre o Estado tem pressionado para criar leis e modificações no código da mineração. Tais alterações afetam diretamente a

Amazônia e a atuação de empresas mineradoras na região.

Em 2017, o governo extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA) localizada nos estados do Pará e Amapá, através do Decreto 9.142. Essa foi uma sinalização clara para o setor financeiro da mineração sobre a entrega das reservas estatais. Essa intenção também ficou evidente por meio de diversas medidas para facilitar o licenciamento ambiental, autorizar mineração em terras indígenas e em áreas de fronteira, e estrangeirização de terras. Em 2018, o decreto foi revogado devido à grande repercussão internacional e pressão de movimentos ambientalistas e sociais, mas a intenção de autorizar a livre exploração na Amazônia ficou clara.

A RENCA foi criada no período da ditadura civil-militar com a justificativa de garantir a soberania nacional com o domínio de minérios estratégicos em território brasileiro. Na reserva estão mapeadas mais de 67 ocorrências de ouro, cobre, diamante, ferro, manganês, cromo, tântalo, estanho, cobalto e nióbio.

A empresa Anglo Gold Ashanti, terceira maior produtora de ouro do mundo, em sua segunda maior mina desse metal, em Crixás (GO), extrai cerca de 7,4 gramas para cada tonelada de rocha retirada. Para possibilitar comparação, a proporção de ouro mapeada por estudos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) na RENCA é de 21,2 gramas por tonelada de rocha retirada.

Em 2018, Bolsonaro não mencionou mineração em seu plano de governo, mas mencionou que faria o Brasil se tornar referência na extração de nióbio e grafeno sem explicar, entretanto, quais ações seriam feitas para efetivar esse desejo. O grafeno é uma tecnologia relativamente nova, e já vem sendo produzido em alguns lugares do Brasil e do mundo. Já o nióbio é um minério bastante explorado no país e hoje já somos uma referência em sua extração; 93,7% do nióbio comercializado no mundo é extraído aqui e 98% das reservas mundiais estão nos estados de Goiás, Minas Gerais, Amazonas e Rondônia. A intensificação da exploração e beneficiamento desse minério trará consequências tanto para a Amazônia como para o restante do país.



Da série "Ilha do Combú", Município de Belém (uma das 42 Ilhas que compõem o município), 2014.
Evna Moura

O Agronegócio

A *revolução verde* dos anos 1970 tornou a monocultura agrícola um motor não somente de produção de alimentos, mas também do *neoeextrativismo* aplicado à agricultura intensiva. Desenvolveu a indústria de agrotóxicos da qual o próprio Brasil é um dos maiores consumidores. O resultado que temos hoje é devastador, sobretudo em relação à poluição de terras e cursos de água, e os impactos na saúde das pessoas. Esse avanço da monocultura, na produção de grãos (soja, milho, trigo), de oleaginosas (dendê), de plantações de eucalipto, significa uma extração intensa e contínua de recursos, de nutrientes do solo à água e aos lençóis freáticos.

A extração da madeira se intensificou na região, conforme rodovias foram sendo abertas e as cidades passaram a crescer de forma desordenada em suas margens. Em 1960, a Amazônia representava 3% da produção nacional de madeira e, em 1990, esse número passou para 27%.

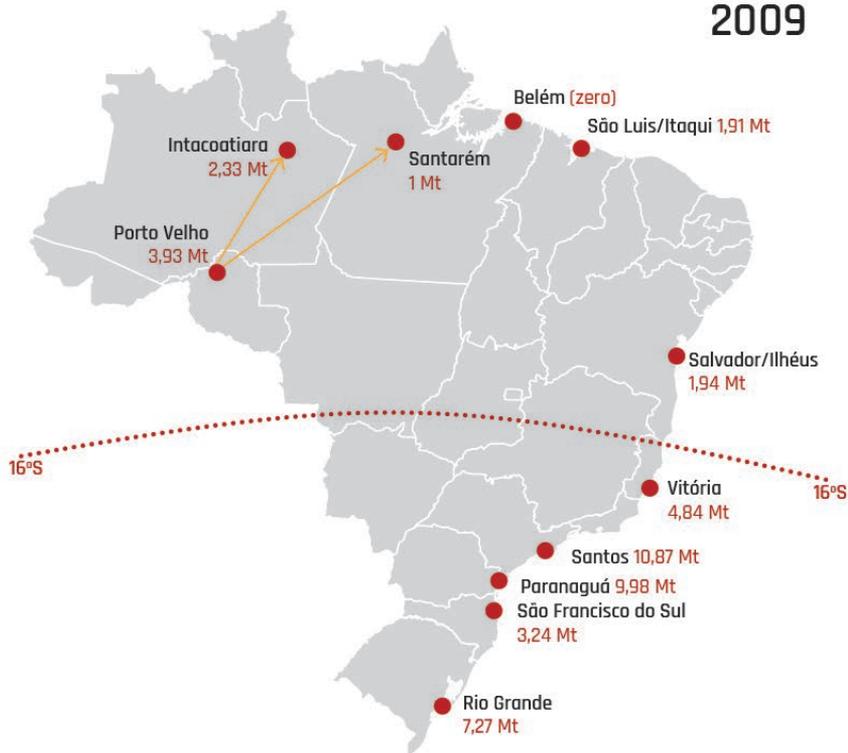
Nos últimos 15 anos, podemos observar três frentes de atuação para reprodução capitalista no agronegócio. A primeira, a implementação de tecnologias produzidas pelas transnacionais, levando a revolução verde a patamares extraordinários, tendo como símbolo a semente transgênica. Ideologicamente, os organismos geneticamente modificados são vendidos como um avanço civilizatório, uma modernização que supostamente

deixaria para trás os problemas agrários brasileiros e ainda diminuiria o desmatamento.

A segunda frente é a do avanço da fronteira agrícola. Embora os governos do PT tenham efetivamente combatido o desmatamento na Amazônia, construindo sistemas que articulavam políticas públicas sociais, ambientais e de segurança com sistemas avançados de monitoramento, o agronegócio avançou de forma voraz sobre os cerrados brasileiros, a maior savana do mundo e segundo maior bioma do Brasil. Estima-se que aproximadamente 50 mil km² do Cerrado tenham sido desmatados nos últimos dez anos. O símbolo máximo desse processo é a constituição do MATOPIBA, a maior fronteira agrícola do mundo atualmente, incorporando 10 milhões de hectares de cerrado entre os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde vivem e produzem cerca de um 800 mil famílias camponesas.

Assim, o Estado brasileiro estruturou uma série de ações que possibilitaram a expansão do agronegócio na Amazônia, principalmente cercando a floresta com um cinturão que atravessa os estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Acre. A produção da soja iniciada na região centro-oeste do país avançou para a floresta Amazônica, a partir de grandes investimentos e tecnologia de ponta. Em 2011, a parcela de terra agrícola ocupada na Amazônia era de 9,5 milhões de hectares, sendo que destes 68% destinadas ao cultivo de soja.

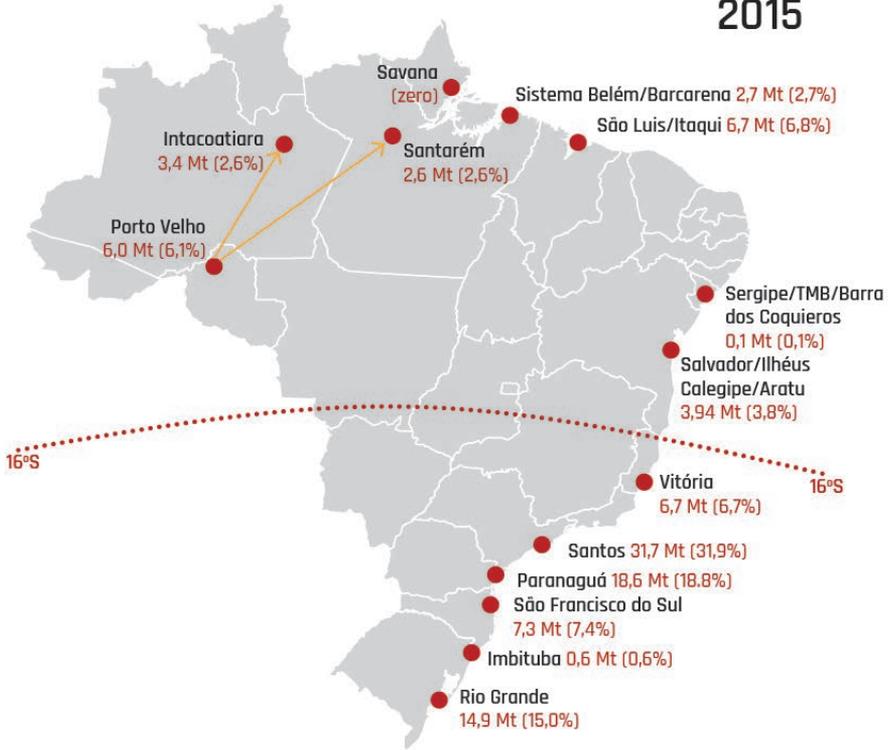
2009



Produção Grãos – milhão de tonelada (Mt)

Ano	Brasil	Acima 16°S	Abaixo 16°S
2009	108,0 Mt	56,0 Mt (52,0%)	52,0 Mt (48,0%)
2015	180,9 Mt	104,7 Mt (57,9%)	76,7 Mt (42,1%)

2015



Exportação Complexo Soja e Milho – milhão de tonelada (Mt)

Ano	Brasil	Acima 16°S	Abaixo 16°S
2009	43,0 Mt	7,0 Mt (16,0%)	36,0 Mt (84,0%)
2015	99,1 Mt	19,4 Mt (19,6%)	79,7 Mt (80,4%)

A terceira e última frente, mais “sofisticada” na sua forma de agir, é a do capitalismo verde, que busca subordinar os territórios conquistados e de resistência dos povos indígenas, quilombolas e diversas expressões camponesas, onde se conservou a natureza por meio de práticas produtivas com alta relação metabólica ser humano-natureza. Essa subordinação se estrutura por meio de mecanismos como crédito de carbono, REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e Pagamentos de Serviços Ambientais, mecanismos esses sempre ligados à uma lógica de financeirização da natureza.

Aprofundando a dinâmica do que chamamos primeira frente, há uma forte concentração da agropecuária em transnacionais do agronegócio. As dez maiores empresas no Brasil, segundo os resultados de sua receita líquida são a JBS (BR), Raízen (ING/HO/BR), COSAN (BR/ING), Bunge (HO), Cargil (EUA), BRF (BR), Copersucar (BR), Mafrig (BR), Amaggi (BR) e Louis Dreyfus Company (HO). As grandes transnacionais monopolizadoras de grãos no mundo se encontram nesse território amazônico com projetos que reforçam a logística de escoamento da soja. Cargill, Bunge, ADM, entre outras são os grandes monopólios presentes nesse setor voltados para a exportação. Esse controle por poucas empresas faz da região uma grande importadora de alimentos, já que toda produção de soja e da pecuária está voltada para fora.

A soja é o terceiro produto mais importante na pauta de exportações da região Norte, ficando atrás do ferro e cobre. O Mato Grosso, que concentra as plantações de soja, 43% de toda

exportação é dessa commodity, seguido pelo milho, com 15,2%. A multinacional Bunge concentrou 20,8% da exportação nesse estado em 2011, seguida pela ADM, Louis Dreyfus, Cargill, Amaggi, Sadia e JBS. A figura anterior mostra como o foco do agronegócio, tanto em área de produção quanto em logística está voltado para a região amazônica.

A produção bovina também avança sobre a região da mesma forma predatória, ampliando o desmatamento e ocupação das terras. Em 2016 havia mais de 85 milhões de cabeças de boi (três para cada habitante da Amazônia brasileira). Esse crescimento contou com forte ajuda do Estado brasileiro através dos investimentos públicos, tendo a JBS Friboi como um exemplo dos grandes frigoríficos brasileiros.

Não estamos falando de questões marginais. Atualmente temos, no Brasil, uma área total de estabelecimentos agrícolas que chega a 350 milhões de hectares. As lavouras ocupam 64 milhões de hectares, enquanto a pecuária 159 milhões, dos quais quase 50 milhões são pastagem degradadas, ou seja, altamente improdutivas. Por outro lado, temos algo como 100 milhões de hectares protegidos em Unidades de Conservação, 110 milhões de hectares demarcados ou em processo de identificação como território indígena. Trata-se então de uma disputa de proporções continentais.



Kayapós Mebengokrê (Sul do Pará), Registro feito no XVIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, 2018.
Evna Moura

A biodiversidade

Um dos primeiros casos de biopirataria em larga escala se deu no ciclo da borracha no século XIX quando a Inglaterra “extrai” 70 mil sementes de seringueira no Amazonas para desenvolver a produção na Malásia, tendo o controle direto do processo.

Entre as reformas do neoliberalismo em 1990, foram aprovadas o fim do monopólio brasileiro sobre o subsolo (e suas riquezas) e a aprovação das leis das patentes, tendo o país agora que pagar pela tecnologia patenteada por uma empresa ou país. Dessa forma, privatiza-se o saber popular do povo amazônico, com as multinacionais patenteando substâncias ativas das plantas amazônicas, configurando-se, assim, uma nova forma de biopirataria.

Para além das plantas e animais, os recursos hídricos também têm sofrido o saque das grandes multinacionais da mineração e do agronegócio. Processos como a extração e exportação do ferro, a transformação da bauxita em alumínio primário, bem como a criação de gado, necessita de imensos volumes de água, inclusive por meio da geração de energia através da construção de hidrelétricas. Todas essas *commodities* contêm em si o que chamamos de água virtual.

Mesmo com toda a abundância de água da região amazônica (reúne 20% de toda água doce de fácil acesso no planeta), apenas

56,1% das residências da região Norte tinham água encanada e 4,9% tinham rede sanitária de esgoto. A destruição dos rios e outros recursos naturais tem produzido um grande impacto ambiental sobre a floresta ao longo dos anos.



Da série "Rio Caraparu", Município Santa Izabel do Pará, 2013.
Evna Moura

Os conflitos sociais e agrários

A negação dos conflitos por disputa de terras, por direitos trabalhistas e pela preservação da cultura e organização dos povos das florestas, apenas amplia essas lutas e o desejo de construção de uma sociedade diferente, com respeito aos territórios e cujo desenvolvimento deva ser pensado por seus sujeitos, com distribuição de terras e conservação ambiental, concomitantemente.

Os avanços do desmatamento com a extração da madeira levam a intensos conflitos entre os povos das florestas e trabalhadores contra os grandes latifundiários. Daí o assassinato, em 1980, do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, Wilson Pinheiro. Em 22 de dezembro de 1988 outro sindicalista, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Chico Mendes, também foi assassinado.

Uma série de execuções e chacinas aconteceram e continuam a acontecer. Em 1996, o MST foi alvo de um massacre em Eldorado dos Carajás; a missionária Dorothy Stang, que organizava os trabalhadores que resistiam a entrada das madeiras em seus territórios, foi executada em 2005; os extrativistas e ambientalistas José Cláudio Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foram mortos por denunciar o desmatamento e grilagem de terras.

Após um período de lenta, mas importante diminuição dos assassinatos de lideranças camponesas, o golpe de 2016 reverte a tendência. Em 2003, primeiro ano do governo Lula foram 73 assassinatos. Daí em diante, até 2015, os assassinatos continuaram em números alarmantes, porém sempre variando entre 25 e 39 lideranças tombadas pelas forças do latifúndio. Em 2015, quando o país já estava conflagrado pela preparação do golpe, os assassinatos saltaram para 50 pessoas, subindo para 61 pessoas em 2016 e alcançando 70 lutadores e lutadoras em 2017.



Da série "Rio Carapuru", Município Santa Izabel do Pará, 2013.
Evna Moura

Desafios

A Amazônia brasileira está marcada pelos conflitos territoriais e encontra-se inserida em uma disputa de projetos de desenvolvimento. A resistência vem de agricultores, indígenas e comunidades quilombolas que defendem seu direito constitucional à terra; movimentos populares seguem lutando pela reforma agrária ampliada. Nas áreas urbanas, os movimentos de moradia persistem, além de movimentos LGBT, de mulheres, de negros, e também de trabalhadores das diversas empresas que compõem os complexos de megaempreendimentos.

A Constituição brasileira de 1988 é clara e em seu artigo 231 ao afirmar que os povos indígenas têm direitos originais sobre as terras que tradicionalmente ocupam. No total, 13% do território brasileiro é reconhecido como Terra Indígena, não por acaso, justamente a parte mais preservada no país; tendo sido verificado apenas 2% de desmatamento nesses territórios. Em algumas regiões brasileiras essas terras começam a ficar isoladas, como ilhas de biodiversidade.

Essas resistências formam um campo político cuja natureza coletiva se inscreve entre os grandes temas da ecologia política. Há um aumento extremo do conflito socioambiental em todas as regiões amazônicas nos vários países que abrigam a floresta, pois agentes externos chegam com capital e poder, orientados pela perspectiva colonial, produzindo deslocamentos de pessoas, projetos, culturas e saberes.

Contudo, alinhado ao ideal neoliberal, o atual governo federal busca flexibilizar e diminuir a fiscalização dos impactos ambientais. Um governo que não reconhece sequer o aquecimento global e que desqualifica a ciência, a pesquisa ambiental e o trabalho de grupos organizados e conhecedores de problemas ambientais que são gerados, incessantemente, no dia a dia do país. Recentemente, vimos as ameaças de retirar o Brasil do Acordo de Paris o que, na prática, é dar o calote nos compromissos de conter o desmatamento da Amazônia e liberar a produção de gás de efeito estufa, reforçando a perspectiva de liberação de terras da floresta.

O crime socioambiental impetrado pela Vale em Brumadinho, Minas Gerais, é um crime que tem a ver com a opção pelo modelo *neoxtrativista* que produz minérios em larga escala e produz rejeitos que se amontoam no lugar da extração. O que é exportado é a melhor parte do minério. O que fica, é tóxico, inaproveitável, perigoso e pobre. Lixo que vira montanha, que soterra pessoas, casas, povoados, campos agrícolas, córregos e lagos, e os sonhos de muitos.

Os impactos dos modelos de desenvolvimento podem ser irreversíveis, como o desmatamento, a perda de qualidade da água e as mudanças climáticas, o que exige cada vez mais pessoas conscientes e dispostas a tomar decisões pensando nos direitos coletivos. Debate que nos envolve a todos.

É essencial entender a urgência de mudança desse modelo arcaico de exaustão da terra, de desenvolvimento predatório, para um outro que atenda aos interesses do coletivo, da sociedade, e da natureza –

hoje em exaustão agônica.

A resistência é parte dos processos de autodeterminação no sentido de apontar para um modelo emancipatório, descolonizado, conforme se pensa a ecologia e a política. A transição a um modelo ecológico de desenvolvimento territorial mediado pela tradição, pela cultura e pela convivência harmoniosa com a floresta.

É necessário outro modelo que sirva aos interesses coletivos da sociedade e da natureza. Esse modelo é construído pela resistência das lutas populares - pelos sem-terra, pelos grupos indígenas, pelos quilombolas e afro-brasileiros, e todos os que foram espremidos por um modelo neoeextrativista que, como um espremedor, suga os recursos do terra e a grande maioria de seus habitantes. É nosso dever sonhar com um mundo que não é formado apenas em oposição aos problemas que enfrentamos, mas que ousa sonhar com um futuro que valorize a terra, sua flora e fauna e seu povo. Neste mundo que almejamos, o conhecimento indígena de plantas na Amazônia é usado para medicamentos para o público em geral, ao invés de aumentar a riqueza de poucos através de direitos de propriedade intelectual. Neste mundo, as pessoas têm direito à terra em que viveram por centenas ou milhares de anos e aos recursos que as cercam. Eles têm o direito à soberania alimentar - para produzir e consumir alimentos nutritivos que eles próprios produzem, em vez de ficarem confinados a campos infinitos de soja que eles nunca consomem e que são submetidos a agrotóxicos que os deixam doentes.

Para esse fim, então, nossa luta se move.

Oxalá, companheiro Chico, aqui mesmo, nas barrancas do Rio Acre, nessa sua amada terra de Xapuri, no coração da floresta amazônica, a juventude do ano 2120 possa estar reunida numa auspiciosa Semana Chico Mendes, para celebrar a força da luta que carregamos juntos com nosso povo, das matas, do sertão, do mar, dos rios e das florestas; para comemorar a união de todos povos em torno dos ideais que você nos legou e da revolução planetária que a medida do tempo não te permitiu viver, mas que você teve o prazer de ter sonhado.

—Carta do Encontro Chico Mendes 30 anos: Uma Memória a Honrar, realizado nos dias 15 a 17 de dezembro de 2018 na cidade de Xapuri-Acre.

Chico foi morto por sonhar com um mundo melhor e por inspirar os que o rodeavam a sonhar com ele e a agir para construir um mundo melhor.

Dedicamos este dossiê à memória de Chico Mendes, ao povo da Amazônia e às lutas que nos permitem sonhar e lutar por um futuro melhor



Foto na capa | Da série “Pulsantes”, Belém (2018) por Evna Moura.

Evna Moura – natural de Belém/PA – Experimenta fluxos entre sujeitos. Sua produção fotográfica explora as diversas possibilidades técnicas e conceituais da fotografia analógica, integrados a técnica de processamentos digital de imagens. Prioriza a criação narrativa e diálogos entre personagens e estes lugares. Mestranda em Artes Visuais pela Universidade Estadual Paulista – Unesp. Fez parte do Núcleo de Formação e Experimentação na Associação Fotoativa em Belém e do Núcleo de Documentação e Pesquisa.



Yawalapiti (Alto Xingu, Mato Grosso), Registro feito no XVIII Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros, 2018.
Evna Moura



Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio
de las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizado por
movimentos, com foco em estimular o debate
intelectual para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org